

DESPACHO
CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL
COM VISTA AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DOCENTES
NO PROJETO CENTROS DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO ESCOLAR

Considerando o Protocolo de Cooperação celebrado entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste assinado a 30 de dezembro de 2014, e o estabelecido no Despacho de delegação de competências n.º 9686/2015, publicado no DR, 2.ª série, de 25 de agosto, torna-se pública a constituição e competências do júri no âmbito do procedimento concursal destinado à seleção de docentes de carreira ou candidatos à contratação a termo com qualificação profissional para os grupos de recrutamento 100 e 110, para o exercício de funções docentes no Projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar de Timor-Leste (CAFE), na qualidade de agentes de cooperação, ao abrigo da Lei nº 13/2004, de 14 de abril.

Assim determino:

1. O júri do concurso supramencionado terá a competência de definir os termos do aviso de abertura, acompanhar todo o procedimento concursal e realizar as entrevistas aos candidatos.
2. O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Janine Rodrigues da Costa, Diretora de Serviços de Coordenação da Cooperação e das Relações Internacionais da SGMEC;

Vogais efetivos: Antonieta Sousa de Jesus, Coordenadora timorense do Projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar;

Olinda Maria Silva Ramos, técnica superior da Direção de Serviços de Emprego e das Relações de Trabalho da SGMEC;

Cristina Riscado Leão, técnica superior da Direção de Serviços do Ensino e das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da DGAE

Vogais Suplentes:

Maria Teresa Duarte, técnica superior da Direção de Serviços de Concursos e Informática da DGAE

Ana Maria de Lemos dos Santos Bessa, Coordenadora portuguesa do Projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar.

Lisboa, 25 de agosto de 2015, a Diretora Geral da Administração Escolar